



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS V**

**CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**IARA MARINHO DE LIMA**

**A DIPLOMACIA PRESIDENCIAL E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA:  
UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS GOVERNOS LULA (2003-2007) E BOLSONARO  
(2019-2022)**

**João Pessoa  
2023**

Iara Marinho de Lima

**A DIPLOMACIA PRESIDENCIAL E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA:  
UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS GOVERNOS LULA (2003-2007) E BOLSONARO  
(2019-2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo),  
apresentado ao Departamento do Curso de  
Relações Internacionais da Universidade  
Estadual da Paraíba, como requisito parcial à  
obtenção do título de bacharel em Relações  
Internacionais.

**Orientador:** Prof. Dra. Gabriela Gonçalves Barbosa

**João Pessoa  
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L732d Lima, Iara Marinho de.

A diplomacia presidencial e a política externa brasileira [manuscrito] : uma análise comparativa dos governos Lula (2003-2007) e Bolsonaro (2019-2022) / Iara Marinho de Lima. - 2023.

43 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2023.

"Orientação : Profa. Dra. Gabriela Gonçalves Barbosa, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA. "

1. Diplomacia presidencial. 2. Viagens presidenciais. 3. Lula. 4. Bolsonaro. I. Título

21. ed. CDD 327.281

IARA MARINHO DE LIMA

**A DIPLOMACIA PRESIDENCIAL E A POLÍTICA EXTERNA  
BRASILEIRA: Uma análise comparativa dos Governos Lula (2003-2007)  
e Bolsonaro (2019-2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: 28/06/2023.

**BANCA EXAMINADORA**



---

Gabriela Gonçalves Barbosa (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Anna Beatriz Leite Henriques de Lucena  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Cristina Carvalho Pacheco  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus pais, por todo o esforço para que eu tivesse a oportunidade de estar onde estou e pelo apoio incondicional durante todos esses anos. Sem eles nada seria possível.

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

### QUADROS:

Quadro 1 - Graus da Diplomacia de Cúpula	10
--	----

### TABELAS:

Tabela 1 - Viagens Internacionais Oficiais: Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)	17
Tabela 2 - Viagens Internacionais Oficiais: Lula (2003-2010)	20
Tabela 3 - Viagens Internacionais Oficiais: Dilma (2011-2016)	23
Tabela 4 - Viagens Internacionais Oficiais: Temer (2016-2018)	25
Tabela 5 - Viagens Internacionais Oficiais: Bolsonaro (2019-2022)	29
Tabela 6 - Viagens Internacionais Oficiais: Lula (2003-2006) e Bolsonaro (2019-2022)	30
Tabela 7 - Viagens Internacionais Oficiais por Ano	30

### FIGURAS:

Figura 1 - Mapa de viagens: Lula e Bolsonaro	34
--	----

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	7
2. DIPLOMACIA DE CÚPULA .....	9
2.1. Diplomacia das viagens, encontros e deslocamentos .....	13
3. BALANÇO DA DIPLOMACIA PRESIDENCIAL BRASILEIRA PÓS- REDEMOCRATIZAÇÃO.....	15
3.1. Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) .....	15
3.2. Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).....	18
3.3. Dilma Rousseff (2011-2016) .....	21
3.4. Michel Temer (2016-2018).....	24
3.5. Jair Bolsonaro (2019-2022) .....	26
4. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E AS VIAGENS PRESIDENCIAIS DOS PRESIDENTES LULA (2003-2007) E BOLSONARO (2019-2022) .....	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	35
REFERÊNCIAS .....	37

## **A DIPLOMACIA PRESIDENCIAL E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS GOVERNOS LULA (2003-2007) E BOLSONARO (2019-2022)**

Iara Marinho de Lima<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O presente trabalho objetiva analisar a diplomacia de visitas, encontros e deslocamentos, como um instrumento da diplomacia presidencial, especialmente analisando, comparativamente, os primeiros mandatos dos governos Lula e Bolsonaro, verificando se tais visitas refletem ou impulsionam as linhas gerais da política externa. Para tal, foi realizada uma revisão quantitativa, qualitativa e descritiva, com o propósito de trazer o máximo de informações a respeito do tema, realizando análises de artigos de jornais, documentos oficiais e teses publicadas. Assim, o artigo se divide em três seções, além da introdução e da conclusão. A primeira busca definir o conceito de diplomacia presidencial; a segunda abordará essa diplomacia no contexto brasileiro pós-redemocratização, desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, até o de Jair Bolsonaro, destacando a política externa de cada um dos presidentes e a utilização da diplomacia presidencial na execução desta; e a terceira analisará o uso da diplomacia das viagens, encontros e deslocamentos, como instrumento na execução da política externa do Brasil, tendo-se, como exemplo, os primeiros mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Jair Bolsonaro.

**Palavras-chave:** Bolsonaro. Diplomacia presidencial. Lula. Viagens presidenciais.

### **ABSTRACT**

The present study aims to analyze the diplomacy of visits, meetings and displacements as an instrument of presidential diplomacy, especially analyzing, comparatively, the first mandates of the Lula and Bolsonaro governments, verifying whether such visits reflect or drive the general lines of foreign policy. To this end, a quantitative, qualitative and descriptive review was carried out, with the purpose of bringing as much information about the subject, analyzing newspaper articles, official documents and published theses. Thus, the article is divided into three sections, in addition to the introduction and conclusion. The first seeks to define the concept of presidential diplomacy; the second will address this diplomacy in the Brazilian post-redemocratization context, from the government of Fernando Henrique Cardoso to Jair Bolsonaro, highlighting the foreign policy of each of the presidents and the use of presidential diplomacy in its executions and the third will analyze the use of diplomacy of visits, meetings and displacements as an instrument in the execution of Brazil's foreign policy, having as an example the first mandates of Luiz Inácio Lula da Silva and Jair Bolsonaro.

**Key Words:** Bolsonaro. Presidential diplomacy. Lula. Presidential trips.

---

<sup>1</sup> Bacharelanda do curso de Relações Internacionais, pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Email: [iaramlima15@gmail.com](mailto:iaramlima15@gmail.com)

## 1. INTRODUÇÃO

Com o surgimento de uma nova ordem multipolar, no pós-Guerra Fria, os países passaram a reorientar a sua política externa, buscando engendrar seus interesses para o sistema e se inserirem, de acordo com as tendências globais. Diante disso, novos atores e meios são introduzidos no processo de elaboração e execução da política externa, tendo-se, assim, um maior volume de relações, com variados atores, além dos tradicionais (PINHEIRO; MILANI, 2012).

Nesse contexto, com as mudanças do cenário internacional, caracterizadas por uma agenda mais extensa e construída por variados atores, em espaços multifacetados, torna-se necessário repensar o estilo clássico de diplomacia e seus modelos de atuação (BARNABÉ, 2012). Junto a isso, com a globalização, passa-se a ter um mundo multipolar e também digitalmente interligado, tornando a atividade de fazer política ainda mais complexa; fazendo agentes diplomáticos e Chefes de Governo repensarem a sua atuação e papel em relação à política externa e às agendas internacionais. Com isso, o meio diplomático passa a ser mais aberto, mais público, e não exclusivo somente dos diplomatas, aumentando o interesse da imprensa pelo assunto e, conseqüentemente, da opinião pública (PINHO, 2016). É nesse contexto, da diplomacia pública, que se situa a diplomacia presidencial.

Caracterizada pela atuação do presidente de modo independente da ação protocolar de política externa, a diplomacia presidencial vem se tornando conhecida, devido à sua presença na mídia e nos meios diplomáticos e acadêmicos (PRETO, 2006). Regularmente utilizada como instrumento pelos líderes mundiais, esse meio de se exercer a diplomacia tem tomado uma dimensão considerável na agenda externa dos países, além de tomar a atenção da opinião pública, que passa a ter um foco maior na execução da política externa, criando, assim, incentivos políticos e administrativos, para que os chefes de Estado pratiquem a diplomacia presidencial. Cabe ressaltar que esse novo instrumento diplomático, por vezes, acaba sendo mal interpretado, gerando uma confusão da opinião pública acerca da natureza dessa diplomacia, que muitas vezes acaba sendo identificada como sinônimo de viagens presidenciais e conseqüente omissão do presidente quanto às suas responsabilidades de governo (SANTOS, 2021; PRETO, 2006).

No Brasil, esse termo cresceu e se tornou frequente na mídia, a partir dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, que assumiram o controle e a gestão diplomática como instrumento fundamental para a evolução da política externa do Brasil e, conseqüentemente, trouxeram uma maior inserção do país no cenário internacional. Esse

destaque de ambos os presidentes na utilização desse novo instrumento acabou por ressignificar a proximidade e atenção dada à política externa, criando uma referência para posteriores líderes e uma certa dificuldade de superar as expectativas criadas sobre o assunto, quando comparados a seus antecessores (SANTOS, 2021).

Assim, o presente estudo irá analisar a diplomacia de cúpula como um instrumento da política externa, através das viagens presidenciais. Isso será feito a partir de uma sistematização das viagens realizadas pelos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro, no decorrer dos seus quatro anos do primeiro mandato, destacando os continentes e países visitados, bem como o número de viagens realizadas, no geral e por ano. Cabe destacar que não se pretende alegar que as viagens dos presidentes, uma parte da diplomacia presidencial, retrate fielmente ou explique a política externa do país, mas permite apontar para algumas definições de prioridades, tendências e demonstrações de interesse de aproximação, além de debater um pouco acerca da diplomacia presidencial em seu aspecto geral. Além disso, a análise do presente tema seria reforçada significativamente, se fosse possível visualizar a agenda oficial dos presidentes e o conteúdo das discussões e negociações durante as viagens, o que não foi possível devido à insuficiência das fontes.

Diante do exposto, o trabalho irá se dividir, fora a introdução e a conclusão, em três partes. Na primeira seção, se discutirá acerca da natureza teórica da diplomacia de cúpula e de como essa se configura dentro do contexto da política externa de um país, tendo-se como referência a obra de Sérgio Danese (2017), *Diplomacia Presidencial: história e crítica*, além de visões de diferentes autores e contestações à essa teoria; junto a isso, se discutirá acerca da diplomacia das viagens, encontros e deslocamentos, uma das vertentes da diplomacia presidencial. Na segunda seção, se fará uma breve análise da diplomacia presidencial brasileira pós-redemocratização, desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, passando pelos mandatos de Lula, Dilma e Temer, até chegar ao de Jair Bolsonaro, destacando a política externa de cada um dos presidentes e a utilização da diplomacia presidencial na execução desta.

Na terceira seção, será realizada uma análise da diplomacia das viagens, encontros e deslocamentos, como instrumento na execução da política externa do Brasil, tendo-se como exemplo os primeiros mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Jair Bolsonaro, com o objetivo de analisar se, e em que nível, a diplomacia de visitas pauta, reflete ou impulsiona as linhas gerais da política externa.

## 2. DIPLOMACIA DE CÚPULA

A diplomacia de cúpula, de chefes de estado e de governo, ou a diplomacia de mandatários, descreve o mesmo fenômeno histórico ou instrumento político-diplomático, que assume, em países como o Brasil, os Estados Unidos ou a França, por exemplo, a definição de *diplomacia presidencial*. Esse fenômeno se consubstancia na condução pessoal, pelo presidente da República ou Chefe de Estado e/ou Chefe de Governo, no caso dos regimes parlamentaristas, de assuntos de política externa, fora das atribuições *ex officio*<sup>2</sup>. Assim, esse instrumento diplomático será construído através de uma oposição funcional à diplomacia protocolar do presidente e à diplomacia da chancelaria<sup>3</sup>, estabelecendo um diálogo político mais intenso com o legislativo e com a opinião pública do que a diplomacia tradicional (DANESE, 2017).

Danese (2017) destaca que a efetividade da diplomacia de cúpula vem com o distanciamento em relação à condução protocolar da política externa, ou seja, da diplomacia tradicional e suas funções obrigatórias. Assim, para identificar qual a natureza da diplomacia de cúpula, deve-se compreender como ocorre a diplomacia tradicional, tendo em vista que a condução de uma pode definir a existência da outra. Logo, se o mandatário está limitado às funções e responsabilidades previstas na constituição em relação à política externa, ele está exercendo a diplomacia tradicional, mas, caso esse exceda, mesmo que minimamente essas funções, ter-se-á uma diplomacia de cúpula, em seu menor grau (DANESE, 2017).

Com isso, a diplomacia presidencial, de acordo com Danese, irá operar por meio da habilidade dos mandatários em “alavancar ou não itens da agenda, à pressão política que eles são capazes de gerar e a autoridade e visibilidade que emprestam aos atos de que participam ou que referendam com sua presença” (DANESE, 2017, p.89). Cabe aos presidentes, através de seus discursos e ações diplomáticas, fora das funções *ex officio*, reverter ganhos, resultados materiais e visibilidade internacional, através de projetos de política internacional, exercendo, deste modo, um papel de “caixeiros ou viajantes, que vendem seu país no exterior”; tudo isso com o objetivo de obter “abertura de mercados, atração de investimentos e obtenção de cooperação”, diferenciando-se, assim, da diplomacia tradicional, que é caracterizada por uma

---

<sup>2</sup> Conforme a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 2016), as atribuições privativas do Presidente da República que podem ser relacionados à política externa são: VII - manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos; VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional; XIX - declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional; XX - celebrar a paz, autorizado ou com o referendo do Congresso Nacional; XXII - permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente.

<sup>3</sup> Diplomacia exercida pelo corpo diplomático profissional do Estado, no caso brasileiro, pelo corpo permanente do Ministério das Relações Exteriores.

“gestão discreta, negociação sutil e vocação do anonimato dos bons diplomatas” (DANESE, 2017, p. 109).

Dessa forma, Danese propõe indicadores para analisar se, nas ações do presidente, ou mandatário, há a existência, ou não, desse tipo de diplomacia. Através dessas modalidades e graus da diplomacia de cúpula, é possível entender em qual nível o presidente passa a exercer mais do que suas funções *ex officio*. É importante ressaltar que estes graus, que são quatro, não passam de referências; uma identificação com propósito didático, tendo em vista que a vasta história da diplomacia de cúpula traz diversas gradações que preenchem os intervalos entre eles (DANESE, 2017).

### Quadro 1 - Graus da Diplomacia de Cúpula

<b><i>Grau zero</i></b>	Diplomacia <i>ex officio</i> do mandatário: atos protocolares, atos administrativos, atos nominais como chefe de uma burocracia de estado. Não há propriamente ação; é um desempenho estático.
<b><i>Primeiro grau</i></b>	Diplomacia exercida através da reação a situações ou estímulos externos. Quando o “mandatário é acionado como para dirimir dúvidas, arbitrar diferenças ou simplesmente referendar propostas de curso de ação, assumindo uma certa liderança no processo”. Tem-se ação, mas como reação.
<b><i>Segundo grau</i></b>	Uso mais enérgico do instrumento diplomático em que o presidente pode exercer o papel como uma espécie de ferramenta privilegiada para o diálogo e a transmissão de ideias, imagens e presença. É o limite da maioria das diplomacias no mundo.
<b><i>Terceiro grau</i></b>	O Presidente toma a iniciativa, conduz a política externa pessoalmente, de acordo com sua sensibilidade e senso de oportunidade, “orientando a burocracia e assumindo politicamente, e não apenas administrativamente, a responsabilidade pela ação e pelos resultados”.

Fonte: elaborado pela autora, com dados extraídos de “Diplomacia presidencial: história e crítica” (DANESE, 2017)

Observa-se, pelo exposto, que a diplomacia de cúpula será expressa efetivamente em seu último grau. Além disso, com a globalização e o aumento das viagens presidenciais e dos eventos de cúpula no mundo - o que faz com que os presidentes tenham que cumprir uma extensa agenda - faz-se necessário diferenciar as ações protocolares das opcionais, que partem do arbítrio e iniciativa do mandatário. Ou seja, a participação de um mandatário em uma reunião de cúpula é obrigatória; já a realização de encontros paralelos a essa reunião passa a ser uma ação opcional, executando-se, assim, uma diplomacia de cúpula. Fica evidente, então, que há

itens em uma agenda de cúpula que são obrigatórios, como também existe itens opcionais, que dependerão da iniciativa de cada mandatário (PRETO, 2006; DANESE, 2017). Ademais, Danese destaca que a diplomacia presidencial está envolta por um elemento de promoção e prestígio político - no âmbito interno - e diplomático, - no âmbito regional ou internacional - vez que se trata de uma diplomacia contemporânea; o que traz uma complexidade político-diplomática a este processo, que vai além das predileções específicas de uma política externa. Além disso, a influência do componente interno sob a diplomacia aumenta, a partir do momento em que os meios midiáticos tendem a privilegiar uma cobertura desta, através da ótica de política interna e da opinião pública em relação ao chefe de estado, em detrimento da cobertura de temas diplomáticos, que seria o mais importante. Somado a isso, a conexão entre o interno e o externo também irá crescer, a partir do momento em que os eventos da diplomacia de cúpula passam a constituir oportunidades para destacar mensagens de política interna, que não teriam o mesmo impacto se produzidos localmente (DANESE, 2017).

Nesse contexto, tendo em vista a dimensão da diplomacia de cúpula, tanto na política externa, como instrumento, quanto na política interna, como fator administrativo e de projeção do mandatário, cabe destacar as modalidades de execução desse instrumento diplomático. Assim, Danese (2009) divide a diplomacia presidencial em quatro categorias: 1) a condução pessoal do processo decisório da política externa, condução essa que deve ir além do protocolo e que vem como resultado da combinação de capacidade, interesse, conhecimento e sentido de oportunidade e urgência do líder para lidar com assuntos externos; 2) a diplomacia das iniciativas, em que o mandatário irá propor e assumir as iniciativas de política externa como próprias; 3) a diplomacia das doutrinas, que possui um papel de destaque na história diplomática e deu projeção aos mandatários que a propuseram, como é o caso da doutrina Monroe; e 4) a diplomacia dos encontros e dos deslocamentos e visitas, que possui diversas vertentes e que vem a ser o “traço mais forte, visível e às vezes preocupante” da diplomacia de cúpula, sendo essa última modalidade diplomática instrumento de análise desta pesquisa (DANESE, 2009, p. 232).

Assim como Danese, outros cientistas políticos discorrem acerca da diplomacia presidencial, como é o caso do argentino Andrés Malamud, que apresenta a diplomacia presidencial como um recurso tradicional para negociações diretas, entre presidentes, cada vez que se têm que tomar decisões cruciais ou que um conflito crítico tem que ser resolvido, sendo também compreendida como uma diplomacia política, de cúpula, opondo-se à diplomacia tradicional (MALAMUD, 2010).

O internacionalista argentino também destaca o papel que a diplomacia presidencial tem exercido no Mercosul, por exemplo, tornando-se um elemento estrutural no processo de integração do bloco. Muito disso ocorre devido às estruturas institucionais, estabelecidas pelos Estados parte e seus sistemas de governo, que acabam por sustentar a intervenção presidencial e o processo de integração (MALAMUD, 2010). Não obstante, Malamud traz o papel fundamental dos presidentes na resolução de crises, isso devido à junção da liderança carismática e das capacidades institucionais desses. Por fim, o autor aponta que esse tipo de diplomacia não é exclusivo apenas do Mercosul, mas que o caso do bloco se destaca devido ao fato de ele ser um bloco em que todos os Estados parte são presidencialistas e, conseqüentemente, suas instituições regionais possuem pouco significado nesse âmbito (MALAMUD, 2010).

Para Albuquerque, há uma diplomacia presidencial que surge da “participação pessoal do chefe do governo nas relações internacionais, seja por meio de pronunciamentos, seja pela participação em foros internacionais, seja atuando diretamente em negociações”. Porém, o autor possui uma certa descrença acerca do termo diplomacia presidencial, não entendendo o conceito como suficientemente explicativo, apontando, assim, a necessidade de uma verificação da ação do presidente no processo decisório (ALBUQUERQUE, 1996 *apud* PRETO, 2006).

Por sua vez, Nuñez (1997) analisa o termo através do aumento das relações bilaterais entre Brasil e Argentina. Para o autor, “a diplomacia presidencial cobra novas forças constituindo-se num eixo constante e permanente da expressão da vontade integracionista”. Nesse contexto, ele utiliza o termo como sinônimo de encontros bilaterais e, no caso das relações Brasil-Argentina, indica um componente dessa diplomacia presidencial: as reuniões de cúpula presidencial, seguidas pelas reuniões de gabinete. A principal característica dessa nova diplomacia presidencial vem a ser a capacidade dos mandatários, nos encontros, de instruir suas administrações sobre novos temas a serem trabalhados, não desvalorizando as chancelarias e os órgãos de integração. Além disso, o autor qualifica essa diplomacia como “interativa” e “convocante”, tendo em vista que propõe e recebe propostas da sociedade (NUÑEZ, 1997 *apud* PRETO, 2006).

Diante do exposto, nota-se que a diplomacia de cúpula vem alcançando cada vez mais um lugar privilegiado no exercício da política externa, chegando a complementar ou até a substituir a diplomacia tradicional (DANESE, 2017). Ressalta-se, também, que seu uso vem servindo como mecanismo para a execução da política interna de alguns países. No Brasil, esse fenômeno diplomático começou a se destacar durante o mandato do ex-presidente Fernando

Henrique Cardoso, que deu uma nova cara à política externa brasileira; posteriormente a isso, a diplomacia de cúpula manteve-se presente durante o mandato de outros presidentes, porém, em graus distintos, como será analisado.

## 2.1. Diplomacia das viagens, encontros e deslocamentos

Ao longo do tempo, a diplomacia presidencial passou a se destacar, principalmente, pelas visitas oficiais e pelos encontros de cúpula, que acabaram por exercer um papel fundamental dentro da execução da política externa de um país, como Danese (2017) destaca:

Hoje, essa diplomacia de cúpula alcançou, com a vertente das viagens e dos encontros bilaterais ou multilaterais de mandatários, um lugar privilegiado por vezes exagerado na execução da política externa da maioria dos países, como instrumento diplomático que substitui ou complementa a diplomacia tradicional. E, naturalmente, como instrumento da política interna. (DANESE, 2017, p. 88)

Diante disso, com o aumento expressivo de eventos de cúpula internacionais, os presidentes passaram a ter uma intensa agenda de eventos, obrigatórios e opcionais, para participarem. Essa decisão de participar, ou não, depende da busca do mandatário por resultados, mesmo que publicitários, tendo em vista que a execução da diplomacia presidencial é uma das maneiras de promover “decisões da burocracia e focalizar a atenção dos interlocutores” (DANESE, 2017, p.84), como Roberto Campos, ao utilizar uma frase de San Tiago Dantas, afirma:

Se às vezes suas vantagens são limitadas, em termos de política externa, as viagens presidenciais são normalmente um excitante para a burocracia. San Tiago Dantas costumava dizer que as visitas presidenciais e a imprensa de oposição são os melhores “supositórios da burocracia” (CAMPOS, 1994 *apud* DANESE, 2017, p.84)

Neste sentido, a diplomacia de cúpula na contemporaneidade passa a ser marcada pela sua intensidade e uso como instrumento diplomático e de projeção interna dos mandatários. Lafer (1999) destaca que as viagens e encontros internacionais fornecem à diplomacia um caráter aberto, tendo em vista que atraem maior atenção da opinião pública e trazem os resultados e importância desse instrumento diplomático para a sociedade, acabando por estruturar, desta forma, a agenda internacional de um país (LAFER, 1999). O autor irá destacar, também, o importante papel que a diplomacia de encontros e visitas exerce:

A diplomacia de encontros e visitas de chefes de estado e chefes de governo é uma expressão de regimes democráticos. Traduz a ideia democrática do exercício em público de uma política pública: a política externa. [...] O diálogo entre os líderes dos diversos países, que acelera o processo decisório em momentos cruciais e permite à opinião pública mundial identificar os Estados como atores da vida internacional por meio do seu mandatário, é hoje uma prática necessária e corrente. (LAFER *apud* DANESE, 2017)

Historicamente, como Danese (2009) ilustra, as visitas dos mandatários eram realizadas sob o contexto de se conquistar três principais objetivos: 1) um gesto político em relação ao país visitado; 2) a explanação de uma diplomacia afirmativa, conforme interesses concretos do país de origem do mandatário; e 3) a conclusão de uma negociação, de admissão de decisões conjuntas ou de aproximação entre países. Entretanto, com a evolução da diplomacia de encontros, teve-se uma ampliação destes três objetivos básicos, passando a incluir outros, “inclusive o objetivo tautológico do encontro ou da visita como resultado de si mesmo, pelo seu simbolismo”. Danese ainda faz uma listagem das 18 modalidades dentro da diplomacia dos encontros:

1. Viagem de candidato (a presidente, a primeiro-ministro);
2. Viagem de presidente eleito:
  - a) viagem de trabalho, como parte de um projeto diplomático e de apresentação das políticas a serem seguidas pelo novo governo no plano interno e no plano internacional
  - b) viagem de lazer, protocolar
3. Visita privada (eventualmente com encontro com autoridades locais);
4. Posses presidenciais e coroações;
5. Funerais de Estado;
6. Atos comemorativos:
  - a) unilaterais (por exemplo, as festividades do bicentenário da Revolução Francesa, em Paris, em 1989);
  - b) bilaterais;
  - c) multilaterais (comemorações do *VE-Day*, Cinquentenário da ONU);
7. Escala técnica com contato oficial;
8. Visitas bilaterais unitárias, nas três categorias usualmente utilizadas pelos protocolos:
  - a) visita de Estado;
  - b) visita oficial;
  - c) visita de trabalho;
9. Encontros bilaterais regulares, alternando a sede;
10. Encontros bilaterais paralelos a compromissos regionais ou multilaterais;
11. Encontros sub-regionais paralelos a compromissos regionais ou multilaterais;
12. Encontros de fronteira:
  - a) do lado do país do mandatário;
  - b) do outro lado da fronteira;
  - c) nos dois lados alternadamente;
  - d) em cidade de um dos dois países próxima à fronteira;
13. Encontros regionais e sub-regionais:
  - a) regulares, figurando como itens obrigatórios nas agendas dos mandatários (por exemplo, as reuniões presidenciais do Grupo do Rio, as cúpulas da OUA);
  - b) ad hoc, em função de problemas tópicos ou em preparação para outros encontros maiores (por exemplo, as reuniões presidenciais do Tratado de Cooperação Amazônica e do Mercosul em preparação da Rio-92, ou a Cúpula Hemisférica de Miami, OUA Cúpula do Desenvolvimento Sustentável);
14. Encontros de coalizões limitadas ou coalizões plurirregionais:
  - a) regulares (por exemplo, as cúpulas do G-8, do Grupo dos 15, do MNA);
  - b) ad hoc (os summits da Segunda Guerra Mundial, a cúpula sobre terrorismo);
15. Mecanismos permanentes de coordenação de macro-políticas (MERCOSUL, União Europeia);
16. Encontros multilaterais e grandes conferências mundiais de cúpula;

17. Viagens unilaterais para participação em seminários internacionais, em atividades acadêmicas ou contatos empresariais;
18. Viagem para o tratamento de saúde. (DANESE, 2017, pp. 471-473).

É importante destacar que a combinação entre as modalidades expostas é algo regular, tendo em vista que é comum os mandatários realizarem viagens com diversos propósitos, o que acaba por dificultar qualquer classificação mais detalhada das viagens dos chefes de governo, através de suas respectivas agendas. Cabe salientar, ainda, que nem toda viagem do mandatário ao exterior significa que se esteja praticando a diplomacia presidencial; a viagem pode ser apenas de caráter protocolar (RIBAS; FARIA, 2011).

Ao voltar o tema para o âmbito brasileiro, nota-se um destaque dessa diplomacia de viagens ao analisar os governos Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010). Com Cardoso, a diplomacia presidencial uniu a intensidade da agenda externa do presidente e a inclusão deste novo instrumento da política externa nos discursos diplomáticos, provocando ampliação dos debates e das informações acerca da política externa (RIBAS; FARIA, 2011). Já com Lula, se tem uma intensidade ainda maior à de FHC, no desenvolvimento da diplomacia presidencial. Parte disso devido ao protagonismo do presidente que, como Ribas e Faria (2011) destacam, simbolizou a ascensão do Brasil como um todo, e do seu carisma e história pessoal. Com outros presidentes se tem uma continuidade na realização dessa diplomacia de viagens, porém, em um menor grau e, em alguns casos, com um maior direcionamento ideológico, como será analisado posteriormente.

Pode-se concluir, portanto, que o exercício e a eficácia da diplomacia presidencial, como instrumento de execução dos projetos políticos de um presidente, acaba por depender, de certo modo, das opções estratégicas e dos atributos pessoais do mandatário, além do seu gosto e vocação. Ademais, cabe salientar que as viagens representam apenas uma face da diplomacia de cúpula, não sendo os deslocamentos internacionais e essa diplomacia simples sinônimos. (DANESE, 1999 *apud* RIBAS; FARIA, 2011)

### **3. BALANÇO DA DIPLOMACIA PRESIDENCIAL BRASILEIRA PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO**

#### **3.1. Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**

Mesmo estando presente em outros períodos da história brasileira, a diplomacia presidencial no Brasil somente passará a ter um destaque e importância maior a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, que evidenciou essa forma de atuação presidencial na

condução das relações internacionais de um país. Através do respeito internacional que o presidente tinha, decorrente da sua carreira como professor e sociólogo e da sua experiência como Ministro das Relações Exteriores, durante o governo de Itamar Franco; Cardoso teve as condições ideais para a construção e solidificação desse novo fenômeno diplomático no Brasil, passando a ser esta a principal marca do seu governo.

Como Danese (2017) afirma, o presidente adotou um estilo de *globe trotter*, a marca forte da sua diplomacia foi sob a vertente das visitas internacionais, como instrumento da promoção de um novo Brasil e das reformas implantadas. Essas visitas foram efetuadas de forma intensa, sendo essencial para se implementar a política externa do governo e trazendo como resultado alguns ganhos diplomáticos. Assim, esse novo modelo diplomático será apresentado como uma força propulsora da política brasileira, conforme fora destacado na Mensagem ao Congresso Nacional, no dia 15 de fevereiro de 1995:

Nesse panorama de renovação do Brasil e de consolidação de novas credenciais para que o País possa operar no plano externo, terá importância fundamental a participação ativa do Presidente na diplomacia de Chefes de Estado e Governo, que é a marca das relações internacionais contemporâneas [...]. Por essa razão, estão programadas diversas viagens do Presidente da República ao exterior, seja para participar de compromissos multilaterais periódicos, [...], seja como parte de processos de fortalecimento das relações bilaterais do Brasil com países e regiões prioritárias. [...] O pressuposto de tais visitas é um criterioso processo de preparação, de forma que o encontro de alto nível culmine processos de aperfeiçoamento real das relações bilaterais e o lançamento de iniciativas concretas nas áreas de comércio, investimentos, cooperação técnica e científica, acesso à tecnologia e diálogo e consulta política.

Com efeito, a diplomacia presidencial deste período foi marcada por uma aceitação da “Nova Ordem Mundial”, edificada pelas grandes potências e pelos princípios neoliberais difundidos pelo Consenso de Washington. Desse modo, tem-se uma preocupação em reconstruir a imagem do Brasil no cenário internacional, principalmente em setores como o econômico e o de investimentos; e nesse contexto, a diplomacia presidencial será usada pelo presidente como instrumento para ganhar uma maior confiabilidade dos demais países e de investidores internacionais, fazendo com que o Brasil se tornasse um importante destinatário de investimentos externos (PINHO, 2016).

Outros pontos em que o papel do presidente foi fundamental foram no estabelecimento de parcerias bilaterais e no desenvolvimento do multilateralismo, buscando, assim, definir parcerias estratégicas com diferentes nações, como a China, a Rússia, o Japão etc. Com um multilateralismo moderado e com ênfase no direito internacional, FHC evidenciou uma aceitação, por parte do Brasil, da existência de grandes potências e do papel exercido por elas no sistema internacional (ALMEIDA, 2007).

Conjuntamente, uma vertente que direcionou a política externa do seu governo, assim como a inserção do país no cenário internacional, foi a autonomia pela integração; a partir dela o Brasil acabou por adotar uma postura de marginalização do alinhamento automático aos Estados Unidos, postura essa que vinha sendo utilizada em períodos anteriores, passando, então, a ter uma aproximação com o país, definida como essencial e cooperativa, mas que não interferisse em outras parcerias do Brasil (BARNABÉ, 2012, p. 04).

Outro ponto relevante na relação Brasil-EUA, nesse período, são as discussões sobre a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Estando presente no processo desde o seu início, FHC nunca demonstrou muito entusiasmo com o projeto, postergando a criação por quase todo o seu mandato, fazendo com que a relação com os EUA ficasse, de certa maneira, desconfortável (ALMEIDA, 2007; PINHO, 2016). Ao mesmo tempo, o regionalismo, principalmente através do Mercosul, foi um tema relevante na agenda brasileira, representando uma parcela importante das viagens do presidente, assim como os seus discursos. O Mercosul era visto pelo governo como uma base para a integração econômica da região com o mundo, além de instrumento para o fortalecimento das relações econômicas, tanto na região quanto externa a ela (ALMEIDA, 2007).

Em resumo, com esse novo instrumento diplomático executado por FHC, houve a consolidação de novas parcerias, além da reestruturação de parcerias antigas, como é o caso dos Estados Unidos; além disso, teve-se uma atenção especial às parcerias com países da região, como aconteceu com o Mercosul, e uma maior participação em fóruns internacionais, principalmente os da área econômica, tudo isso através de uma intensa agenda de viagens, como pode ser visto na tabela a seguir, além de um extenso número de visitas recebidas, fazendo com que FHC se encontrasse com os mandatários de quase todos os países do mundo. (DANESE, 2017; PINHO, 2016).

**Tabela 1 - Viagens Internacionais Oficiais: Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**

Total de deslocamentos para o exterior	88
Número de países visitados	39
Número de visitas	115

Fonte: Ribas e Faria (2011), com base em Almeida (2007); Danese (1999); Garcia (2005); Ministério das Relações Exteriores (2007); Presidência da República (2011); e Vizentini (2008).

### 3.2. Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)

Assim como nos anos Cardoso, a política externa durante o governo Lula também terá como destaque a diplomacia presidencial. Entretanto, esse conceito não será usado pelo governo, mesmo havendo uma continuidade e intensificação desse fenômeno na atuação brasileira, realizada internacionalmente, passando-se a definir a política externa pelo ativismo diplomático do presidente, o que Celso Amorim, chanceler do período, irá definir como uma diplomacia “ativa e altiva” (BARNABÉ, 2012).

Embora Lula tenha utilizado o mesmo instrumento diplomático que Cardoso, durante o seu mandato, pôde-se notar, como Almeida (2010) destaca, uma diplomacia mais carismática e ideológica, dando uma nova cara a essa diplomacia presidencial. A política externa desse período refletiu as antigas propostas e as posições tradicionais do partido do presidente, o Partido dos Trabalhadores (PT), posições estas que, também na concepção de Almeida (2010) “[...] recuperam todo um estoque de políticas pertencentes ao arco desenvolvimentista e nacionalista, [...], acrescentadas de várias – mas não todas – contribuições da chamada esquerda brasileira em matéria de relações internacionais”.

Com isso, partindo deste princípio, para Almeida (2010), a agenda externa do governo teve três prioridades apontadas: o reforço e a expansão do Mercosul, a busca de uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU e a busca de acordos comerciais regionais e multilaterais (ALMEIDA, 2010). Além disso, segundo Ricupero (2010), a principal marca da atuação externa brasileira foi “a contestação ao padrão de hegemonia do sistema internacional simbolizado pelos Estados Unidos e demais membros permanentes do Conselho de Segurança, em relação aos quais a diplomacia brasileira manifesta constante independência” (RICUPERO, 2010, p.36).

Cabe destacar, nesse contexto, a estratégia de autonomia pela diversificação, exercida pelo presidente, em que, através dela e da busca por um equilíbrio em relação aos países do Norte, teve-se uma maior ênfase na cooperação Sul-Sul, aumentando assim o protagonismo do país no meio internacional e firmando mudanças na política externa. (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). Através dessa nova dimensão diplomática do período, obteve-se um reforço da atuação internacional do país, principalmente em relação à América do Sul, aos organismos internacionais e às potências emergentes do Sul (VIZENTINI, 2005). Buscou-se estabelecer alianças com outros países emergentes, como Rússia, China e Índia, como forma de ampliar o poder de influência brasileiro, além de uma consolidação do Mercosul e uma maior

integração na América do Sul, fazendo eclodir um espaço para uma liderança brasileira, além de uma solidariedade com a África (SANTANA, 2006; VIZENTINI, 2005).

Ao buscar a consolidação da influência do país no cenário internacional e, junto a isso, contestar a hegemonia do sistema, variados acordos e arranjos foram realizados, mesmo estes não trazendo ganhos imediatos para o país, mas que serviram como plataforma de barganha dos interesses brasileiros (RODRIGUES, 2014). Tem-se, como exemplo disso, a criação dos fóruns BRICS e IBAS, que aproximou os países emergentes, que compartilhavam objetivos comuns (PINHO, 2016).

Outro ato de destaque durante o mandato do presidente Lula foi a sua participação, em 2003, na reunião do G7, realizada em Evian (França), na qual, em nome da América do Sul, apresentou um plano de combate à fome, além de criticar o protecionismo realizado pelos países ricos. Entretanto, pouca atenção foi dada à agenda do presidente, dando-se foco à condenação do terrorismo e à busca de meios para relançar uma economia mundial que estava estagnada. Outro exemplo da atuação diplomática do período que merece destaque é a sua participação na criação do G20, em reunião da OMC, em Cancun, que fez com que a insatisfação do Sul fosse ouvida e que tem ganhado destaque no cenário internacional até hoje (VIZENTINI, 2005).

No âmbito regional, foram priorizados novos aspectos da integração, como os políticos e os sociais, sendo o Mercosul, também no governo Lula, uma das principais prioridades da diplomacia brasileira do período, tendo sua importância ressaltada diversas vezes pelo presidente, ao servir de base para a união política da região, que, do ponto de vista ideológico, deveria estar livre das influências externas e das limitações hegemônicas impostas pelo Norte, como no âmbito da Alca (ALMEIDA 2004). Soma-se a isso a substituição, em 2008, da Comunidade Sul-Americana de Nações pela União de Nações Sul-Americanas (Unasul), sendo essa união um dos temas privilegiados da agenda diplomática brasileira, como Almeida (2010) aborda:

O objetivo mais ambicioso, quiçá, foi a Casa, oportunamente substituída pela Unasul, num formato talvez não desejado inteiramente pelo Brasil, que teve de ceder espaços de administração e controle para outros parceiros [...]. Também de iniciativa brasileira foi o Conselho de Defesa Sul-Americano, no âmbito da Unasul, que, como a iniciativa mais abrangente da Cúpula da América Latina e do Caribe (Calc), carrega um leve sabor anti-hegemônico (o que foi, aliás, expressamente reconhecido pelos organizadores brasileiros, que se orgulharam de que, em quase 200 anos de história independente, era a primeira vez que se fazia uma reunião de cúpula sem a presença de “potências tutelares”).

Outra característica que merece destaque, ao se tratar da política externa desse período, é a marcante diplomacia de tom carismático e personalista do presidente, algo que também era comum em outras democracias latino americanas (RODRIGUES, 2014). Esse personalismo

adotado será interpretado de diversas maneiras por estudiosos do assunto, como Ricupero (2010), que irá caracterizá-la como “fortemente pessoal e carismática, inseparável da biografia e personalidade do chefe de Estado”. Já Abreu (2006), adota um tom mais crítico ao afirmar que, com a inserção da personalidade de Lula na gestão externa, “a diplomacia passou a ter elemento pirotécnico superdimensionado: enfatizou-se de forma grotesca o ângulo propagandístico em detrimento da substância”.

Ricupero (2010), ao contrário, credita como positivas a junção entre a atuação carismática de Lula e a sua diplomacia presidencial, que elevou o Brasil a um novo patamar no âmbito internacional:

O presidente Lula potencializou e multiplicou essas condições propícias ao simbolizar de certo modo, pela sua história pessoal, o exemplo de ascensão do país como um todo. Sua identificação com as grandes causas sociais de luta contra a fome e a pobreza, o carisma de personalidade autoconfiante, a vocação inata à negociação foram elementos adicionais para reforçar a percepção externa da emergência do Brasil como ator global (RICUPERO, 2010).

Entretanto, ao mesmo tempo em que o autor traz essa atuação como positiva, ele destaca que esse excesso de protagonismo, junto com o idealismo partidário, pode ser prejudicial à diplomacia do país, tendo em vista que traz uma imagem de dependência entre a chancelaria e o presidente (RICUPERO, 2010).

Por fim, nota-se que a diplomacia exercida pelo Presidente Lula, durante o seu mandato, foi marcada pela junção do seu carisma e da sua vertente ideológica, que direcionou a maior parte da sua atuação, de modo que a diplomacia do presidente elevou o prestígio internacional do país e trouxe um ativismo exemplar, de acordo com alguns autores e críticos da política nacional, como Almeida (2004). Isso se evidencia através do registro das diversas viagens realizadas, como pode ser visto na tabela 2, além da grande participação em foros relevantes mundialmente. Entretanto, autores como Almeida (2010) e Ricupero (2010) destacam que o prestígio alcançado pelo presidente nesse período não foi suficiente para se alcançar as prioridades antes apontadas, como a cadeira no Conselho de Segurança.

**Tabela 2 - Viagens Internacionais Oficiais: Lula (2003-2010)**

Total de deslocamentos do Brasil para o exterior	144
Número de países visitados	86
Número de visitas	245

Fonte: Ribas e Faria (2011), com base em Almeida (2007); Danese (1999); Garcia (2005); Ministério das Relações Exteriores (2007); Presidência da República (2011); e Vizentini (2008).

### 3.3. Dilma Rousseff (2011-2016)

Ao herdar do governo anterior estratégias definidas de política externa, como um movimento revisionista das instituições internacionais, uma maior orientação à dimensão sul-americana e uma participação ativa em fóruns multilaterais, a tendência desenvolvimentista acabou por se reforçar durante o governo Dilma. Entretanto, mesmo seguindo as estratégias e visões herdadas do governo Lula, o Brasil, durante esse período, acabou por apresentar mudanças em seu comportamento, além de uma notável diminuição da proatividade que foi marca do governo anterior (SARAIVA, 2014).

Essa redução na atuação diplomática, durante o governo Dilma, vem como consequência de diversos fatores, como a personalidade mais reservada da presidenta e questões externas, como a recuperação dos Estados Unidos e da zona do euro da crise internacional, a perda de espaço do G20 para o G7, que voltou a ter centralidade, a redução no preço das *commodities* exportadas pelo Brasil, a perda na força da agenda de países emergentes para a agenda das grandes potências, além de questões no âmbito interno, como os impactos da crise financeira internacional, o descontrole das contas internas e o aumento da inflação, conjuntura essa que não foi enfrentada pelo governo anterior (BRAGA, 2017; SARAIVA, 2014).

Assim, diante da aparente falta de interesse de Dilma por temas externos, principalmente os que não traziam resultado em um curto período de tempo, deu-se preferência à solução dos problemas domésticos. Com isso, questões econômicas de curto prazo passaram a ocupar um papel central, ao contrário de ações para uma projeção internacional. Junto a isso, nota-se uma baixa eloquência da presidenta ao se tratar de características ligadas à liderança, tendo ela uma atuação que se adequa somente dentro dos parâmetros colocados pelo ambiente em que está presente, sem apresentar nenhuma inovação (LYRA, 2018).

Mesmo diante da descontinuidade que se teve no ativismo diplomático do governo Lula, ao se tratar de política externa, mais especificamente, do multilateralismo, nota-se, no governo

Dilma, uma continuidade das posições e, conseqüentemente, divergências com as potências ocidentais. Também a preocupação com a defesa dos direitos humanos e da soberania dos países em crise continuou, além de trazer questões novas, como a agenda de segurança no Oriente Médio e a necessidade de se incluir o conceito de “responsabilidade ao proteger”, complementando o conceito de “responsabilidade de proteger”, no âmbito do conselho de segurança da ONU, como destacado em discurso da presidenta em Assembleia Geral da Organização. Ressalta-se, ainda, a continuidade de preferência por um ambiente não hegemônico e um sistema internacional pluralista (SARAIVA, 2014; BRAGA, 2017).

Ao tratar das relações com os Estados Unidos, Dilma defendeu uma “agenda do século 21” entre os países. Porém, após a descoberta de ações de espionagem por agências de inteligência dos EUA, em junho de 2013, descumprindo princípios do direito internacional, teve-se uma interrupção na aproximação com o país. E, por falta de condições de realização, a presidenta cancelou uma visita de Estado a Washington, D.C., marcada para outubro do mesmo ano, devido à “ausência de tempestiva apuração do ocorrido, com as correspondentes explicações e o compromisso de cessar as atividades de interceptação”, por parte dos Estados Unidos, como declarado em nota oficial (BRASIL, 2013). Nesse contexto, cabe destacar a atuação do Brasil na criação de uma governança global da internet, passo importante nos marcos do multilateralismo. Assim, com o apoio da Alemanha de Angela Merkel, que também foi uma das vítimas do caso de espionagem, foi aprovada, na Assembleia Geral das Nações Unidas de 2013, a resolução sobre o direito à privacidade na era digital como um direito fundamental, estando essa na agenda do Brasil até os dias atuais (SARAIVA, 2014; BRASIL, 2013).

Ao se tratar de iniciativas como a Unasul e o BRICS, de grande destaque durante o governo Lula e importantes elementos na projeção da liderança brasileira, tem-se diferentes atuações da presidenta (BRAGA, 2017). Na Unasul, a atuação de Dilma pôde ser caracterizada como inerte, ela continuou o projeto e deu importância ao contexto sul-americano, mas não trouxe nenhuma altivez e limitou-se a uma participação protocolar na organização (BRAGA, 2017). Ela não propôs linhas de mudança, nem usou do espaço para articulação dos interesses da sua gestão, não obstante, tem-se uma baixa participação dela nos eventos, além da falta de realização de reuniões bilaterais. Já no âmbito do BRICS, tem-se uma maior participação da presidenta nas cúpulas, reuniões e encontros, mantendo-se, assim, um maior grau de diplomacia do que na Unasul; em seus discursos, ela manteve foco em temas como o desenvolvimento sustentável, iniciativas multilaterais, inserção de temas sociais nas agendas, reforma das instituições internacionais e combate ao terrorismo. Além disso, Dilma aproveitou-se das

viagens realizadas para atividades do BRICS para promover reuniões bilaterais, buscando, então, ampliar as capacidades diplomáticas (BRAGA, 2017).

Em relação à cooperação com a África, o governo Dilma manteve a política do governo passado, mas com uma diminuição de novas iniciativas e não implementação de assistências previstas, além de uma redução no comércio e nos investimentos. No âmbito da América do Sul, também se manteve as estratégias do mandato de Lula, entretanto, a intenção de construir uma liderança regional não foi mantida. Ao se tratar do Mercosul, permaneceu com o mesmo posicionamento do governo Lula: não sendo uma prioridade, mas um elemento necessário para manter as relações com os países vizinhos (SARAIVA, 2014).

Acerca das viagens realizadas por Dilma, houve uma priorização aos Estados parte do Mercosul e a ausência de visita a países do Oriente Médio e do Norte da África na sua agenda. Além disso, a América Central não teve bastante atenção, além de ter ocorrido uma redução das viagens aos países sul-americanos, quando comparado com o governo anterior. Já a falta de visita aos países árabes foi decorrente da onda revolucionária que atingia a região no período (CORNETET, 2014).

Assim, percebe-se que, durante o governo Dilma, não houve uma mudança de objetivos na política externa e sim uma mudança de ênfase na execução desta. Continuou-se tendo uma busca por autonomia, como meio de garantir o desenvolvimento e a consolidação do país no cenário internacional, entretanto, registra-se menos viagens realizadas pela presidente, como pode ser visto na tabela 3, além de menos iniciativas e uma limitação diplomática, como a diminuição na formação de diplomatas e de novos postos. A política externa não foi vista pela presidenta como meio para ganhar importância no contexto interno, além de se ter um cenário externo mais rigoroso no período, como Spektor (2014) irá destacar “Pela primeira vez em 20 anos, um governo recém-eleito não pegaria o país em trajetória internacional ascendente.”

**Tabela 3 - Viagens Internacionais Oficiais: Dilma (2011-2016)**

Total de deslocamentos do Brasil para o exterior	54
Número de países visitados	39
Número de visitas	80

Elaborado pela autora, com base em Presidência da República (2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016)

### 3.4. Michel Temer (2016-2018)

Ao assumir o governo por um curto período, pós-impeachment de Dilma Rousseff, Michel Temer enfrentou desafios políticos e econômicos internos, o que acabou por limitar a sua atuação diplomática. Entretanto, foi proposto pelo governo uma nova política externa, buscando desconstruir o legado petista dos governos passados; essa busca por mudança de posicionamento pode ser notada no discurso de posse de José Serra, ministro das Relações Exteriores do governo, que enfatizou em seu discurso que:

A diplomacia voltará a refletir de modo transparente e intransigente os legítimos valores da sociedade brasileira e os interesses de sua economia, a serviço do Brasil como um todo e não mais das conveniências e preferências ideológicas de um partido político e de seus aliados no exterior. A nossa política externa será regida pelos valores do Estado e da nação, não do governo e jamais de um partido. Essa nova política não romperá com as boas tradições do Itamaraty e da diplomacia brasileira, mas, ao contrário, as colocará em uso muito melhor. [...]

Numa contrapartida, a política externa do presidente, na tentativa de se afastar das diretrizes dos governos anteriores, buscou questionar os critérios das alianças estabelecidas por estes, mudando, por exemplo, o tratamento com países latino americanos, como é o caso da relação com a Venezuela, que enfrentou diversos atritos durante a gestão; tem-se, como exemplo disso, a suspensão do país do Mercosul, além de questões com os embaixadores de ambos os países. Esse tom agressivo, adotado com os países vizinhos, fez com que não avançasse a integração entre os parceiros da região. O atual governo tinha como principal foco a Aliança do Pacífico, acordo focado na liberalização comercial, além de uma aproximação com os Estados Unidos e a União Europeia. (BRESSAN; MENEZES; RIBEIRO, 2021).

No âmbito do Mercosul, buscou-se uma maior utilização para fins econômicos do que políticos, como foi o caso dos governos passados. Diante disso, teve-se um maior empenho no acordo comercial com a União Europeia. Em relação à OMC, o governo Temer não tratou a organização como uma prioridade, algo que também foi destacado no discurso de posse do ministro (OLIVEIRA, 2018).

Assim como Dilma, o governo do presidente se empenhou mais em assuntos que eram relacionados à infraestrutura do país, utilizando-se de mecanismos de concessões e privatizações. E assim, a busca por conquistas políticas no meio internacional foi deixada de lado, como é o caso da reforma do conselho de segurança e da ascensão do país como líder regional. Optou-se, portanto, em concentrar os esforços no aperfeiçoamento do comércio exterior e na atração de investimentos (OLIVEIRA, 2018).

Através da busca por uma validação interna para suas políticas reformistas, a política externa do presidente também foi marcada pela abertura de negociações para a entrada na OCDE. A ideia de fazer parte da organização soou como uma alavanca externa para incentivar a abertura econômica do país (SARAIVA, 2017), além de ser vista como uma ação do presidente na busca por um aperfeiçoamento da imagem do Brasil como um país confiável para se investir e estável politicamente, após processo de impeachment (SILVA, 2019).

Outra ação importante do presidente Temer, no âmbito da política externa, foi a sua assinatura no Tratado para Proibição de Armas Nucleares, cuja conferência para negociação do texto foi proposta por seis países, estando o Brasil entre esses. O presidente foi o primeiro a assinar o tratado, que retoma o debate acerca da importância de se eliminar as armas nucleares, além de aumentar a pressão nos países que possuem esse tipo de armamento. De acordo com Temer, em discurso de abertura da assembleia geral da ONU, o Brasil se pronunciou com “a autoridade de um país cuja própria Constituição veda o uso da tecnologia nuclear para fins não pacíficos”. Um país que esteve na origem do Tratado de Tlatelolco, que, há meio século, estabeleceu a desnuclearização da América Latina e do Caribe” (ONU, 2017; Agência Brasil, 2017).

Acerca das viagens ao exterior, assim como Dilma, Temer realizou poucas e a maioria se restringiu a encontros com investidores; até mesmo porque, seu mandato durou pouco mais de dois anos. Ao longo deste mandato, foram realizadas 17 viagens presidenciais, sendo 6 para a América do Sul, 3 para países do BRICS e o restante para países da Europa, além dos Estados Unidos e Cabo Verde e México, que ele visitou uma vez. Nota-se, portanto, uma tentativa do presidente em valorizar o BRICS como instrumento para conseguir investimentos dos países participantes, como é o caso do incentivo aos grupos chineses, na participação de processos de concessões e privatizações no Brasil (SILVA, 2019; OLIVEIRA, 2018).

Faz-se necessário esclarecer que muito dessa falta de ativismo externo do presidente se deu pela crise política e pela recessão econômica que assolou o país, e que esse momento negativo acabou por interferir na diplomacia presidencial, tendo em vista que houve uma redução do prestígio do país, em âmbito internacional. Desse modo, a crise política e a recessão econômica exigiram uma maior atenção do presidente para os assuntos internos (SCHREIBER, 2017). Como se tudo isso não bastasse, a falta de popularidade do presidente, além das acusações de corrupção no seu governo, fez com que ele não pudesse assumir uma atuação de liderança em diversas áreas. Por fim, variados visitantes de diversos países evitaram passar pelo Brasil em suas passagens pela América do Sul, optando por outras capitais, como foi o caso de

Angela Merkel e Benjamin Netanyahu, destacando, portanto, a falta de prestígio que o governo possuía durante o período (STUENKEL, 2017).

**Tabela 4 - Viagens Internacionais Oficiais: Temer (2016-2018)**

Total de deslocamentos do Brasil para o exterior	15
Número de países visitados	15
Número de visitas	17

Elaborado pela autora com base em Presidência da República (2017, 2018)

### 3.5. Jair Bolsonaro (2019-2022)

A política externa do governo de Jair Bolsonaro representou um abandono das antigas tradições da diplomacia brasileira. Desde sua campanha eleitoral, em 2018, com anúncios de aproximação com países como Taiwan e Israel, de limitação da integração latino-americana a “países que não sejam ditadura” e restrição de investimentos chineses, seu governo trouxe novos debates acerca dos rumos da política externa brasileira (VIDIGAL, 2019).

Com uma política externa fortemente guiada pelo teor ideológico, o governo Bolsonaro passou a adotar um novo conjunto de prioridades, princípios morais e visões de mundo, que trouxeram como resultado um estreitamento das relações com os EUA, sob administração de Trump, e um frequente posicionamento antiglobalista, através do que ex-chanceleres irão definir como “diplomacia da vergonha”. Essa mudança nos princípios da política externa brasileira foi sustentada por um discurso da extrema direita, além de um forte componente religioso e moral, que tinha como propósito a demonização dos movimentos de esquerda e uma condenação das políticas desenvolvimentistas no âmbito social e econômico, utilizando-se dessa atuação externa como um instrumento para fidelizar seu eleitorado mais radical (HIRST; MACIEL, 2022).

Desde o início do seu governo, Bolsonaro exerceu uma política externa que inseriu o Brasil entre países cujos governantes e ideais foram identificados como de extrema direita. Um dos países que o presidente estabeleceu uma forte relação foram os Estados Unidos e o presidente Donald Trump, tendo-se, assim, um alinhamento voluntarista e unilateral, estabelecido principalmente pelos interesses do governo. Esse alinhamento com o governo estadunidense acabou por guiar a atuação externa do país e a sua relação com outros países, tem-se, como exemplo disso, as políticas relacionadas à Venezuela, à China e a Israel, que

foram executadas levando em consideração os desejos e anseios norte-americanos (HIRST; MACIEL, 2022; SCHERER, 2022). Como Scherer (2022) destaca:

A política externa do governo Bolsonaro passou a ser um mero campo para exercício ideológico, rompendo com as premissas de elementares protocolos diplomáticos, isolando o Brasil do Sistema Internacional e se transformando em uma base americana, a partir da qual os setores mais agressivos do aparelho de Estado dos Estados Unidos têm agido no sentido de fazer valer seus propósitos na América do Sul.

Tem-se como exemplo do citado acima e do posicionamento antiglobalista do presidente, a quebra de tradição diplomática de valorização dos organismos internacionais, com o voto a favor do embargo econômico, comercial e financeiro a Cuba, em que se acompanhou os Estados Unidos e que, nas palavras do presidente: “nós somos favoráveis ao embargo para Cuba, afinal de contas, aquilo é uma democracia? Não é, é uma ditadura, então tem que ser tratada como tal”. Juntamente a isso, tem-se a atuação brasileira no tocante à crise na Venezuela e ao reconhecimento de Juan Guaidó como presidente interino, abdicando-se da posição brasileira de liderança regional para intermediar os conflitos da região, devido à posição contrária dos Estados Unidos sobre esse assunto (CASTRO, 2019; SCHERER, 2022).

Essa dependência com o governo norte-americano também é demonstrada em episódios como o de Israel, em que o presidente expressou o desejo de transferir a embaixada para Jerusalém, em uma tentativa de seguir o que foi feito pelos EUA. Essa promessa de campanha do presidente, devido a impactos políticos, econômicos e diplomáticos, acabou por ser substituída por um escritório comercial na região (SCHERER, 2022).

No tocante à atuação do presidente em outros âmbitos, registra-se a sua presença no 14º encontro do G20, realizado em Osaka (Japão), em 2020, para o qual foi levado por ele pautas como a defesa do livre comércio, o combate à corrupção e a defesa da redução do protecionismo de países ricos na agropecuária. Entretanto, o que mais se destacou foi a preocupação dos líderes europeus, como Angela Merkel e Emmanuel Macron, com a questão ambiental e as mudanças climáticas do país, tendo o presidente francês destacado a falta de interesse na assinatura do acordo com o Mercosul, caso não fosse dada a devida atenção à devastação da Amazônia. Esse posicionamento de Macron, junto a outros em ocasiões distintas e nas redes sociais, fez com que se criasse um embate com o presidente brasileiro que, ao não aceitar críticas ou advertências, acabou por proferir deselegâncias contra o líder francês e sua esposa (LEMOS; MORAIS; SANTOS, 2020; SCHERER, 2022).

Em relação à China, principal parceiro comercial do Brasil, ocorreu um enfraquecimento das relações com o país, a partir do momento em que, ainda como candidato a presidente, Bolsonaro visitou Taiwan, o que foi considerado uma afronta à soberania chinesa e à sua

integridade; é importante destacar que muito disso se deu por conta desta aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos, então “rival” da China. Após a posse do presidente Bolsonaro, mesmo com algumas manifestações polêmicas, as relações entre os dois países atingiram uma certa normalidade, devido a pressões econômicas, críticas da mídia e interferência do vice-presidente. Entretanto, com a pandemia do coronavírus, o país voltou a entrar nos discursos xenofóbicos e nas ofensas proclamadas pelo presidente e seu círculo, ocorrendo novamente uma fragilização das relações entre ambos (VIDIGAL, 2019).

No tocante à dimensão regional, o presidente não dispôs de projetos para a América Latina, dando continuidade ao projeto de desconstrução das iniciativas, projetos e compromissos de progressismo da América Latina, iniciado pelo governo Temer. Em seus primeiros meses de governo, o país buscou uma aproximação com governos conservadores da região, principalmente do Chile, Colômbia e Argentina. Entretanto, esse relacionamento não trouxe resultados concretos para um projeto de liderança ou na promoção de um novo espaço político regional. Rapidamente, concedeu-se importância às distinções políticas entre os projetos de governo da região, tendo como principal destaque o desgaste da relação com a Argentina, sob governo de Alberto Fernandez, a começar pela ausência de Bolsonaro na sua cerimônia de posse, rompendo uma tradição em que, desde a redemocratização, todos os presidentes eleitos, em ambos os países, contam com a presença do presidente do país vizinho em sua cerimônia de posse (HIRST; MACIEL, 2022; SCHERER, 2022).

Cabe destacar a aproximação do governo com países como Polônia e Hungria, em que posicionamentos anticomunistas e anti-integração regional acabaram por ganhar força. Junto ao Brasil, ambos os países integraram a Aliança pela Liberdade Religiosa, lançada em 2020, com o objetivo de fortalecer o grupo de países com líderes da direita nacionalista governando (HIRST; MACIEL, 2022).

Importante ressaltar que a pandemia de coronavírus também teve uma influência na atuação do presidente, limitando algumas ações, como a realização de viagens. Entretanto, foi notória a falta de interesse deste em relação a alguns assuntos, como o enfrentamento da pandemia, e a ausência em videoconferências durante o período, como, por exemplo, na videoconferência do PROSUL, para discutir a pandemia. Essa falta de interesse, juntamente ao distanciamento político da região, resultou no fechamento de fronteiras dos países vizinhos, até mesmo por causa da expansão da covid-19 no Brasil, causando um consequente isolamento regional do país (HIRST; MACIEL, 2022).

Em resumo, durante seu governo, o presidente Bolsonaro acabou por se distanciar da comunidade internacional, devido aos seus posicionamentos polêmicos sobre variados temas, além da realização de poucas viagens, como pode ser visto na tabela 5, sendo a maioria para países que compartilhavam dos mesmos ideais que ele. Além disso, o presidente ignorou continentes que, em governos passados, foram de extrema importância na realização da política externa, como a África, região que não esteve nos destinos de viagem dele. A diplomacia brasileira passou a ser vista como um instrumento para se construir alianças de extrema direita, para ganhos internos, se aproximando, portanto, de países autoritários e auto isolados, como a Rússia, onde, inclusive, o presidente realizou uma polêmica visita semanas antes da invasão à Ucrânia. Com isso, o país perdeu o seu protagonismo no meio regional, além de viver certo isolamento internacional, somada a uma crise reputacional (Agence France-Presse, 2022).

**Tabela 5 - Viagens Internacionais Oficiais: Bolsonaro (2019-2022)**

Total de deslocamentos do Brasil para o exterior	22
Número de países visitados	20
Número de visitas	29

Elaborado pela autora, com base em Presidência da República (2019, 2020, 2021, 2022)

#### **4. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E AS VIAGENS PRESIDENCIAIS DOS PRESIDENTES LULA (2003-2007) E BOLSONARO (2019-2022)**

Diante de todo o exposto e com o objetivo de compreender se, e em que nível, a diplomacia de visitas pauta, reflete ou impulsiona as linhas gerais da política externa, foi feita uma sistematização das viagens oficiais ao exterior, realizadas por Lula e por Bolsonaro, durante os seus primeiros mandatos<sup>4</sup>.

Deste modo, a tabela 6 apresenta um resumo desses deslocamentos internacionais, com o número de países visitados e o número de visitas realizadas por ambos os presidentes, além de separar essas visitas por continentes e regiões, no caso do continente Americano e do Oriente Médio; e a Tabela 7 traz a divisão da quantidade de viagens realizadas por ano, por cada presidente, o que nos permite uma análise mais detalhada do assunto.

<sup>4</sup>Apenas os primeiros mandatos foram considerados devido ao período de análise do governo Bolsonaro se estender a apenas um único mandato.

**Tabela 6 - Viagens Internacionais Oficiais: Lula (2003-2006) e Bolsonaro (2019-2022)**

	<b>Lula (2003-2006)</b>				<b>Bolsonaro (2019-2022)</b>			
<b>Número de países visitados</b>	52				20			
<b>Número de Visitas</b>	101				29			
<b>Número de países visitados e número de visitas por continente</b>								
	<b>Países</b>		<b>Número de visitas</b>		<b>Países</b>		<b>Número de visitas</b>	
	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
<b>América do Norte</b>	2	3,84%	9	8,91%	1	5%	7	24,13%
<b>América do Sul</b>	11	21,15%	39	38,61%	6	30%	7	24,13%
<b>América Central e Caribe</b>	4	7,69%	4	3,96%	0	0%	0	0%
<b>Ásia</b>	4	7,69%	4	3,96%	3	15%	4	13,79%
<b>Oriente Médio</b>	3	5,76%	3	2,97%	5	25%	6	20,68%
<b>Europa</b>	11	21,15%	22	21,78%	5	25%	5	17,24%
<b>África</b>	17	32,69%	20	19,80%	0	0%	0	0%
<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>100%</b>	<b>101</b>	<b>100%</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>

Elaborado pela autora, com base em Presidência da República (2003, 2004, 2005, 2006, 2019, 2020, 2021, 2022) e Ribas; Faria (2011)

**Tabela 7 - Viagens Internacionais Oficiais por Ano**

<b>Lula</b>		<b>Bolsonaro</b>	
<b>2003</b>	36	<b>2019</b>	13
<b>2004</b>	21	<b>2020*</b>	3
<b>2005</b>	28	<b>2021*</b>	6
<b>2006</b>	17	<b>2022</b>	7

Elaborado pela autora, com base em Presidência da República (2003, 2004, 2005, 2006, 2019, 2020, 2021, 2022)

\* Restrição de viagens devido à pandemia de coronavírus.

\* Restrição de viagens devido à pandemia de coronavírus.

Ao analisar a primeira tabela, nota-se uma maior intensidade da diplomacia presidencial durante o governo Lula. Essa conclusão é possível até mesmo por ter a compreensão de que a diplomacia de visitas não é sinônimo de diplomacia presidencial, como afirmado anteriormente, isso porque, nos anos do governo Lula, o país também recebeu um número considerável de mandatários estrangeiros. Portanto, cabe destacar que um dos fundamentos das relações diplomáticas é a lógica da reciprocidade, que também vale para a diplomacia de visitas (RIBAS; FARIA, 2011).

Constata-se, ao analisar cuidadosamente a tabela, que o número de países visitados por Lula representa mais que o dobro, quando comparado aos de Bolsonaro (52 contra 20), considerando o primeiro mandato inteiro; também o presidente Lula realizou 3,5 vezes mais visitas internacionais, quando comparado às visitas realizadas por Bolsonaro (101 contra 29). Entretanto, é importante ressaltar que metade do mandato do presidente Bolsonaro foi afetado pela pandemia do coronavírus, o que acabou por interferir, dentre diversas ações, na realização de viagens internacionais, a partir de março de 2020, o que acaba por influenciar nos números totais do presidente e na análise do estudo. Assim, através da tabela 7, podemos analisar e comparar melhor as viagens realizadas por cada presidente, a cada ano, dando uma maior atenção aos anos do governo Bolsonaro que não sofreram influência da pandemia (primeiro e último ano).

A partir disso, ao considerarmos o primeiro ano de mandato de cada presidente, quando não se havia pandemia a limitar os deslocamentos, verificamos um total de 36 viagens realizadas por Lula, contra 13 realizadas por Bolsonaro, número quase 3 vezes menor, o que nos permite notar uma diminuição na execução da diplomacia presidencial de viagens durante o mandato de Bolsonaro. Cabe destacar que nos anos mais afetados pela pandemia (2020 e parte de 2021), a agenda de viagens precisou ser interrompida, surgindo, assim, uma nova forma de encontros, realização de eventos e consequente realização da diplomacia presidencial, no formato virtual. Nesse contexto, foi possível registrar a presença do presidente Bolsonaro na maioria dos eventos virtuais realizados no período e que este estudo teve acesso através de uma busca independente, tendo em vista que estes dados não se encontram disponíveis nos portais da presidência.

Diante disso, no ano de 2020, Bolsonaro esteve presente em cinco eventos multilaterais virtuais, sendo estes a 56ª e 57ª cúpula de líderes do Mercosul, a 2ª cúpula presidencial do Pacto de Letícia, a 75ª Assembleia Geral da ONU, a XII Cúpula de Líderes do BRICS e o encontro remoto realizado pelo G20. Em nível bilateral, o presidente se reuniu três vezes com

representantes de diferentes países; o primeiro foi com os Estados Unidos, na conferência US-Brazil Connect Summit, realizada pela Câmara de Comércio Brasil-EUA, o segundo encontro foi com empresários da Liga Árabe, tendo discursado no Fórum Econômico Brasil e Países Árabes, já o terceiro foi com o presidente da Argentina, Alberto Fernández, sendo o primeiro encontro bilateral entre os presidentes desde a eleição de Fernández, em outubro de 2019 (AGÊNCIA BRASIL, 2020). Por outro lado, o presidente também deixou de participar de eventos importantes, como o encontro virtual com presidentes de países do Prosul, sobre coronavírus (FIGUEIREDO; OLIVEIRA, 2020), o Fórum Econômico Mundial e um evento paralelo ao encontro do G20, sobre mudanças climáticas (CHADE, 2020).

Já em 2021, o presidente participou de dois eventos virtuais, sendo eles: A cúpula virtual sobre o clima, promovida pelo governo norte-americano, e a cúpula de presidentes do Mercosul. Ademais, Bolsonaro voltou a realizar viagens para participar dos eventos que passaram a funcionar de modo híbrido, além de realizar visitas em determinados países, em um nível moderado, tendo em vista que ainda estava em período de pandemia. Em 2022, ocorreu um aumento no número de viagens realizadas pelo presidente, mas também em um nível baixo, que pode ser relacionado ao ano eleitoral e também à pandemia, que não havia acabado por completo.

Quando separados os países visitados e o número de visitas realizadas, os dados se tornam ainda mais significativos para se entender a relação entre a diplomacia presidencial e as diretrizes da política externa de cada um dos presidentes. Diante disso, em comparação com os quatro anos de governo Lula, Bolsonaro visitou um número menor de países em todas as regiões, com exceção do Oriente Médio. Ao se comparar o número de visitas nessas regiões, o quantitativo de Lula também é maior, quando comparado às visitas de Bolsonaro, com exceção da Ásia e do Oriente Médio, novamente; deve-se considerar, no entanto, o fato de este não ter visitado duas regiões durante o seu mandato, que foram a África e a América Central, e nota-se, ainda, uma grande quantidade de visitas a apenas um país da América do Norte, que vem a ser os Estados Unidos, um dos principais “parceiros” do Brasil durante o governo Bolsonaro. É necessário destacar, mais uma vez, a influência da pandemia na realização, ou não, de viagens do presidente e, conseqüentemente, nos números totais, tornando possível analisar a prioridade dos destinos escolhidos por este para a realização de visitas.

Ao se tratar da política externa, entre as quatro diretrizes principais do governo Lula, cabe destacar duas: a ênfase na dimensão Sul-Sul (países subdesenvolvidos ou emergentes da África, América Latina, Caribe, Ásia e Oceania) e a edificação do espaço político-estratégico e

econômico-comercial sul-americano, a partir da expansão do Mercosul (RICUPERO, 2021). Essa prioridade do presidente em relação ao eixo Sul-Sul pode ser analisada e comprovada através dos dados extraídos da tabela 6. Assim, somando os dados referentes às viagens do presidente com destino aos países da África, América Latina, Caribe e Ásia, conclui-se que Lula dedicou quase 70% das suas visitas a esses países. Já ao se tratar da América do Sul, também observamos a prioridade dada pelo presidente, com base na análise da tabela, onde é possível notar que esta foi uma região que o presidente visitou quase em sua totalidade (11 países) e que possui a maior parcela de visitas realizadas, cerca de 38%.

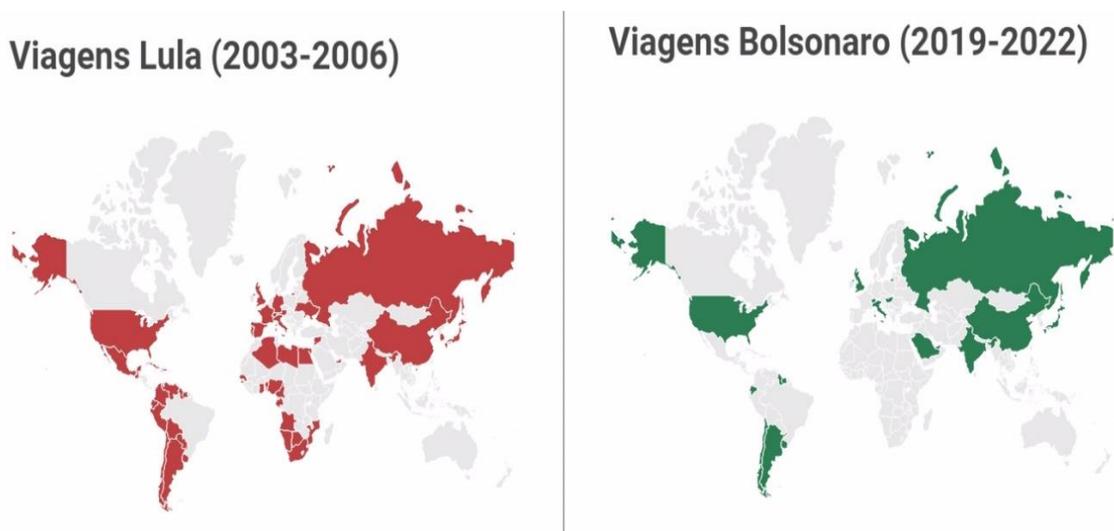
Acerca do continente africano, o presidente Lula destacou “os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades”, em pronunciamento ao Congresso Nacional, em 2003. Essa maior aproximação e ativa solidariedade com a África pode ser notada pela quantidade de visitas realizadas pelo presidente, cerca de 20%, a um total de 17 países, ação essa nunca realizada antes na mesma intensidade. FHC, por exemplo, limitou as relações com a região a políticas de cooperação, realizando em seus 8 anos de governo, apenas 4 visitas ao continente (ALMEIDA, 2004; RIBAS; FARIA, 2011). Além disso, esse foco do presidente Lula nas relações Sul-Sul também pode ser notado através da tentativa de aproximação com países da América Central e Caribe, que entram nos destinos de viagem do presidente, mesmo que em pequena proporção (3,96%).

Visivelmente, durante o governo Bolsonaro se tem um abandono desse foco nas relações Sul-Sul, tem-se, como exemplo disso, a falta de viagens do presidente a regiões que antes eram importantes destinos, como o continente africano, um dos principais focos do governo Lula, além da América Central e do Caribe, que também não foram visitados por ele, o que acaba por evidenciar o caráter da sua política externa, voltada para os países desenvolvidos e/ou de orientação ideológica semelhante à sua. Na realidade, no governo Bolsonaro se buscou uma ruptura com tudo que era ligado aos anos do PT no poder, conseqüentemente, se tem um afastamento de países que possuíam fortes relações com o Brasil, durante os períodos passados, como é o caso da América do Sul, onde o presidente visitou apenas 6 países e realizou um total de 7 visitas na região, sendo a Argentina o país mais visitado, durante governo Macri, que compartilhava os mesmos ideais que o presidente. Cabe destacar que, depois que Alberto Fernández assumiu o país, o presidente deixou de lado as relações com a Argentina, não realizando mais visitas.

E, como já citado em tópicos anteriores, durante o governo Bolsonaro se tem um alinhamento com o presidente do Estados Unidos, Donald Trump, o que pode ser representado pela quantidade de vezes em que o presidente visitou o país (sete), sendo o único país da região norte americana a receber visitas dele. Quando trazemos os anos Lula, se tem uma quantidade maior de visitas à região, mas foram realizadas em dois países, sendo 6 nos Estados Unidos e 2 no México, não sendo a região uma das prioridades do governo, o que comprova que o presidente não viu a relação com os EUA como “ordenadora do resto” (RIBAS; FARIA, 2011).

Além disso, o presidente Bolsonaro buscou se aproximar de líderes políticos que compartilhassem dos mesmos valores e crenças pessoais que ele, o que talvez explique a quantidade de viagens para países com líderes da direita e com regimes ditatoriais, como Emirados Árabes Unidos, Qatar, Arábia Saudita, Hungria e outros. Como exemplo dessa aproximação do presidente a esses países, temos a quantidade de visitas que este realizou no Oriente Médio, que foi foco de 20,7% das suas viagens, sendo o principal destino os Emirados Árabes Unidos. Cabe destacar que o presidente não visitou diversos parceiros históricos do país na Europa, como Portugal, Espanha e França, como pode ser notado na imagem abaixo, além de realizar apenas uma visita ao Reino Unido - região com que o Brasil mantém intensa relação bilateral - devido ao falecimento da Rainha Elizabeth II, visita essa lembrada pelo incômodo causado aos britânicos, por ter sido entendida como uma tentativa de explorar eleitoralmente o funeral (LOPES, 2022).

**Figura 1 – Mapa de viagens: Lula e Bolsonaro**



Elaborado pela autora, com base em Presidência da República (2003, 2004, 2005, 2006, 2019, 2020, 2021, 2022)

Por fim, ao analisarmos a imagem acima, podemos notar uma maior diversificação nas viagens do presidente Lula, com visitas na maioria dos continentes, algo que contrasta

consideravelmente quando comparado às viagens de Bolsonaro, que foram em uma menor quantidade, devido a questões já mencionadas, e mais focalizadas em regiões específicas. Ao hierarquizar as visitas presidenciais aos países das regiões apresentadas na tabela, temos, durante o governo Lula, a América do Sul como região mais visitada, concretizando assim a prioridade política atribuída à região no período; em segundo lugar tem-se a Europa, seguida pela África, com poucas visitas a menos. Em quarto e quinto lugar, tem-se a América do Norte e a Ásia, respectivamente, e por último tem a América Central e o Caribe, com o menor número de visitas. Já com Bolsonaro, se tem uma completa inversão de prioridades de viagens, ficando o Oriente Médio em primeiro lugar, seguido pela América do Norte e América do Sul, que possuem a mesma quantidade de visitas, entretanto, na primeira se visitou apenas um país, como já citado anteriormente, enquanto na segunda se visitou seis; em terceiro lugar está a Europa e em quarto e último lugar está a Ásia, não tendo a África e a América Central entrado nos destinos de viagem do presidente.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo teve como objetivo analisar a diplomacia de visitas, encontros e deslocamentos como um instrumento da diplomacia presidencial, especialmente analisando, comparativamente, os primeiros mandatos dos governos Lula e Bolsonaro, explorando a ideia de se tais visitas refletem ou impulsionam as linhas gerais da política externa. A partir disso, os resultados quantitativos demonstraram possíveis explicações para a seguinte questão: compreender como os objetivos das políticas externas de cada presidente influenciam na execução da diplomacia presidencial de cada um.

Quando se avalia os quatro primeiros anos do governo Lula, por exemplo, é possível notar o quanto a sua agenda de viagens estava ligada às diretrizes da sua política externa. Tem-se, como exemplo disso, o foco maior que o presidente dá para as relações sul-sul, fato que é comprovado pela quantidade de viagens realizadas pelo presidente para as regiões referentes ao Sul Global, como foi devidamente mostrado na tabela. Ainda durante o seu mandato, o presidente buscou elevar a imagem do país, como um ator relevante no cenário internacional, algo que também pode ser exemplificado pelas viagens realizadas por este, tendo em vista que foi um presidente com uma vasta agenda de viagens realizadas ao redor do mundo, o que por vezes acabou por dificultar que governos posteriores superassem essa intensidade dada pelo presidente a compromissos externos.

Nesse ínterim, surge o governo Bolsonaro, cujo mandato sofreu a influência da pandemia de coronavírus, o que acabou por impedir a realização de uma maior quantidade de viagens por ele. Como já citado, o presidente tinha um certo alinhamento com os Estados Unidos de Donald Trump, pautando parte da sua política externa às “vontades” do governo citado, além da busca por relações com países que compartilhassem da mesma ideologia que a sua. Isso pode ser exemplificado pelas viagens realizadas por Bolsonaro, em que o principal foco foi os Estados de direita ou extrema direita, como mostrado no tópico anterior, além desse foco dado ao Estados Unidos, como pôde ser comprovado pelas viagens, tendo em vista que este foi um dos principais destinos do presidente. Cabe destacar que, mesmo com a pandemia, o presidente deixou de exercer a diplomacia das viagens, mas não deixou de praticar a diplomacia presidencial, embora em menor grau, tendo participado de variados eventos virtuais durante o auge do coronavírus.

Nesse contexto, cabe considerar que, além do cenário e das disposições pessoais dos presidentes, a diplomacia presidencial pode se intensificar ou não a partir do funcionamento do sistema internacional e/ou da relevância que o país passa a ter na sociedade internacional. É importante ressaltar, também, que a diplomacia presidencial não pode ser vista apenas como resultado do voluntarismo do presidente; os atributos pessoais e a reputação deste podem ser utilizados em benefício do processo de inserção internacional buscado pelo governo, sendo as agendas pautadas pelo Itamaraty, cuja capacidade de exercer essa função irá depender do nível de proximidade entre as instituições e da interação entre as partes na formulação das estratégias internacionais.

Conclui-se, notadamente, que as viagens presidenciais podem ilustrar a política externa dos governos. Entretanto, analisadas em conjunto e de um modo geral, acabam por permitir certa ambiguidade, sendo a agenda das viagens do presidente e o conteúdo das discussões e negociações realizadas essenciais para se compreender precisamente a diplomacia presidencial, algo que não pôde ser realizado pela pesquisa, devido à insuficiência das fontes, que resultaram em um quadro bastante parcial da situação. Assim, cabe reiterar que a diplomacia de cúpula deve ser considerada como parte da política externa realizada por um país e um elemento adicional das ações diplomáticas tradicionais, sendo um importante instrumento na consolidação de parcerias comerciais, cooperação, fortalecimento da imagem brasileira no exterior, entre outros, como pôde ser visto.

## REFERÊNCIAS:

ABREU, Marcelo de Paiva. **Mais do mesmo na política externa**. O Estado de São Paulo, 19 de junho de 2006. Disponível em: <<https://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Oesp06.06.19.pdf>>. Acesso em: 20 de abril de 2023.

Agence France-Presse. **A Diplomacia Da Era Bolsonaro: Um Brasil Isolado Do Mundo**. UOL. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2022/09/21/a-diplomacia-da-era-bolsonaro-um-brasil-isolado-do-mundo.htm>. Acesso em 09 de maio de 2023.

Agência Brasil. **Brasil assina Tratado para Proibição de Armas Nucleares**. 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-09/brasil-assina-tratado-para-proibicao-de-armas-nucleares>. Acesso em 30 de maio de 2023

\_\_\_\_\_. **Bolsonaro e Fernández, da Argentina, têm primeira reunião bilateral**. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-11/bolsonaro-e-fernandez-da-argentina-tem-primeira-reuniao-bilateral>. Acesso em: 30 de maio de 2023

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula**. Revista Brasileira de Política Internacional, 47, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/3YZj6NWQgZSy6tCC8Hqb75z/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 17 de abril de 2023.

\_\_\_\_\_, Paulo Roberto de. **Pensamento e ação da diplomacia de Lula: uma visão crítica**. Revista Política Externa, v. 19, n. 2, p. 27-40, set./out./nov. 2010. Disponível em: <<https://diplomattizando.blogspot.com/2010/09/pensamento-e-acao-da-diplomacia-de-lula.html>>. Acesso em: 21 de abril de 2023.

BARNABÉ, Israel Roberto. **O Itamaraty e a diplomacia presidencial nos governos Lula e FHC**. Contextualizaciones Latinoamericanas, Ano 4, n. 7, 2012. Disponível em: <<https://www.academia.edu/11111111/O-Itamaraty-e-a-Diplomacia-Presidencial-nos-Governos-FHC-e-Lula> | Israel Roberto Barnabé - Academia.edu>. Acesso em: 18 de abril de 2023

BRAGA, Joyce Gracielle de Sousa. **Dilma Rousseff e a política externa brasileira: diplomacia presidencial na Unasul e no BRICS**. 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/20974/1/DilmaRousseffPolitica.pdf>>. Acesso em: 28 de abril de 2023

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988

BRASIL. Ministro das Relações Exteriores (2016-2017: José Serra). Discurso do ministro José Serra por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de ministro das relações exteriores. Brasília. 18 mai. 2016a. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/jose-serra-chirico-discurso-de-posse>. Acesso em: 29 de abril de 2023.

BRASIL. Nota Oficial. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República Federativa do Brasil. 2013. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/notas-oficiais/notas-oficiais/comunicado-oficial>. Acesso em: 30 de maio de 2023

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. ONU aprova resolução sobre o Direito à Privacidade na Era Digital. 2013. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/resolucao-sobre-o-direito-a-privacidade-na-era-digital](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/resolucao-sobre-o-direito-a-privacidade-na-era-digital). Acesso em 30 de maio de 2023

NITSCH BRESSAN, R.; GOULART MENEZES, R.; DA SILVA RIBEIRO, A.. **Aos trancos e barrancos: o Mercosul na Política Externa Brasileira (2015-2021)**. Brazilian Journal of International Relations, Marília, SP, v. 10, n. 1, p. 32–54, 2021. DOI: 10.36311/2237-7743.2021.v10n1.p32-54. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/12549>. Acesso em: 1 de maio de 2023.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. **A política externa interina e os riscos à integração regional**. Revista Conjuntura Austral, Porto Alegre, v.7, n.37 p.81-93, ago /set. 2016

CASTRO, Gabriel Sandino de. **Teoria, discurso e prática da política externa do governo Bolsonaro: breves considerações**. Boletim de Conjuntura Política e Econômica, IEEI. p. 5-16. 2019. Disponível em: <https://ieei.unesp.br/portal/wp-content/uploads/2019/12/Boletim-2019.pdf>. Acesso em: 08 de maio de 2023

CHADE, Jamil. **G-20: Bolsonaro não participa de evento sobre clima e Trump ataca acordos**. Uol Notícias, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/11/22/g-20-bolsonaro-nao-participa-de-debate-sobre-clima-e-trump-ataca-acordos.htm>. Acesso em: 30 de maio de 2023

CORNETET, J. M. C. **A Política Externa de Dilma Rousseff: Contenção na Continuidade**. Conjuntura Austral, v. 5, n. 24, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/47628>. Acesso em: 30 de maio de 2023

DANESE, Sérgio. **Diplomacia Presidencial: História e Crítica**. 2. ed. rev. – Brasília : FUNAG, 2017. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/diplomacia-presidencial.pdf>. Acesso em: 28 de março de 2023

\_\_\_\_\_, Sérgio. **A Escola da Liderança**. Record, 2009.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de e RIBAS, Letícia Diniz. **A política externa vista da janela do avião: a diplomacia presidencial nos governos FHC e Lula**. III simpósio em Relações Internacionais, PUC. 2011. Disponível em: <https://silo.tips/download/a-politica-externa-vista-da-janela-do-aviao-a-diplomacia-presidencial-nos-governos>. Acesso em: 17 de abril de 2023.

FIGUEIREDO, Janaína; OLIVEIRA, Eliane. **Bolsonaro não participa de encontro virtual com presidentes de países do Prosul sobre coronavírus**. O Globo, 2020. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/mundo/bolsonaro-nao-participa-de-encontro-virtual-com-presidentes-de-paises-do-prosul-sobre-coronavirus-24308147>. Acesso em: 30 de maio de 2023

GIANNINI, Luisa Pereira da Rocha. **A política externa brasileira: uma análise comparativa entre os governos Lula e Dilma**. World Citizen Magazine, v.2 n.1, 2014. Disponível em <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/riucb/article/view/5463>>. Acesso em: 29 de abril de 2023

HIRST, Monica; MACIEL, Tadeu; **A Política Externa do Brasil nos Tempos do Governo Bolsonaro**. Scielo Preprints, 2022. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4771/version/5058>. Acesso em: 09 de maio de 2023

LAFER, Celso (1999). Prefácio. In: DANESE, Sérgio. *Diplomacia Presidencial*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora.

LEMOS, T.D.D; MORAIS, L.A.M; SANTOS, E.P.A. **Análise de Política Externa do Governo Bolsonaro: desafios e possibilidades**. 2020. Disponível em: <https://integri.com.br/tag/analise-de-politica-externa/>. Acesso em: 09 de maio de 2023

LOPES, Dawisson Belém. **Bolsonaro e as viagens internacionais**. Congresso em foco, Uol, 2022. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/bolsonaro-e-as-viagens-internacionais/>>. Acesso em: 17 de maio de 2023

LYRA, Mariana P. O. **Líderes, integração regional e defesa: um estudo sobre a influência dos estilos da liderança brasileira no Conselho de Defesa Sul-Americano (2009-2014)**. Recife. 2018, 175f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Ciência Política.

MALAMUD, Andrés. **Presidential diplomacy and the institutional underpinnings of MERCOSUR. An empirical examination**. Relaciones Internacionales 15 (2010): 113-138. 2010. Disponível em: <https://repositorio.uam.es/handle/10486/678128>. Acesso em: 10 de maio de 2023

OLIVEIRA, Cesar Augusto Tavares. **A política externa do governo Temer: características e oportunidades de uma política pública negligenciada**. Fronteira, Belo Horizonte, v. 17, n. 34, p. 296 - 309, 2018. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/17280/13907>>. Acesso em: 30 de abril de 2023

ONU. **Brasil chama países a assinarem Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares**. 2017. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/77623-brasil-chama-pa%C3%ADses-assinarem-tratado-sobre-proibi%C3%A7%C3%A3o-de-armas-nucleares>. Acesso em 30 de maio de 2023

PINHO, Anderson Gaspar Inácio. **De Cardoso a Lula: um balanço da diplomacia presidencial no Brasil**. 2016. Disponível em: <

[https://bdm.unb.br/bitstream/10483/17393/1/2016\\_AndersonGasparInacioPinho\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/17393/1/2016_AndersonGasparInacioPinho_tcc.pdf)>.

Acesso em: 15 de abril de 2023

PINHEIRO, L.; MILANI, C.R.S. Introdução. In: PINHEIRO, L.; MILANI, C.R.S. (Orgs.). **Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 13-30.

Presidência da República. **Viagens Internacionais - 2003**. Biblioteca. *Presidencia.gov.br*. 2003. Disponível em: <[www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/viagens/viagens-internacionais-1o-mandato/viagens-internacionais-2003-1.pdf/view](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/viagens/viagens-internacionais-1o-mandato/viagens-internacionais-2003-1.pdf/view)>. Acesso em: 15 de maio de 2023

\_\_\_\_\_. **Viagens Internacionais - 2004**. Biblioteca. *Presidencia.gov.br*. 2004. Disponível em: <[www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/viagens/viagens-internacionais-1o-mandato/viagens-internacionais-2004-1.pdf/view](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/viagens/viagens-internacionais-1o-mandato/viagens-internacionais-2004-1.pdf/view)>. Acesso em: 15 de maio de 2023

\_\_\_\_\_. **Viagens Internacionais - 2005**. Biblioteca. *Presidencia.gov.br*. 2005. Disponível em: <[www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/viagens/viagens-internacionais-1o-mandato/viagens-internacionais-2005-1.pdf/view](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/viagens/viagens-internacionais-1o-mandato/viagens-internacionais-2005-1.pdf/view)>. Acesso em 15 de maio de 2023

\_\_\_\_\_. **Viagens Internacionais - 2006**. Biblioteca. *Presidencia.gov.br*. 2006. Disponível em: <[www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/viagens/viagens-internacionais-1o-mandato/viagens-internacionais-2006-1.pdf/view](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/viagens/viagens-internacionais-1o-mandato/viagens-internacionais-2006-1.pdf/view)>. Acesso em 15 de maio de 2023

\_\_\_\_\_. **Viagens Internacionais - 2011**. Biblioteca. *Presidencia.gov.br*. 2011. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/viagens-internacionais/viagens-internacionais11.pdf/view>>. Acesso em 01 de junho de 2023

\_\_\_\_\_. **Viagens Internacionais - 2012**. Biblioteca. *Presidencia.gov.br*. 2012. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/viagens-internacionais/viagens-internacionais12.pdf/view>>. Acesso em 01 de junho de 2023

\_\_\_\_\_. **Viagens Internacionais - 2013**. Biblioteca. *Presidencia.gov.br*. 2013. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/viagens-internacionais/viagens-internacionais13.pdf/view>>. Acesso em 01 de junho de 2023

\_\_\_\_\_. **Viagens Internacionais - 2014**. Biblioteca. *Presidencia.gov.br*. 2014. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/viagens-internacionais/viagens-internacionais14.pdf/view>>. Acesso em 01 de junho de 2023

\_\_\_\_\_. **Viagens Internacionais - 2015**. Biblioteca. *Presidencia.gov.br*. 2015. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/viagens-internacionais/viagens-internacionais15.pdf/view>>. Acesso em 01 de junho de 2023

\_\_\_\_\_. **Viagens Internacionais - 2016.** Biblioteca. *Presidencia.gov.br*. 2016. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/viagens-internacionais/viagens-internacionais16.pdf/view>>. Acesso em 01 de junho de 2023

\_\_\_\_\_. **Viagens Internacionais - 2017.** Biblioteca. *Presidencia.gov.br*. 2017. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/viagens-internacionais/viagens-internacionais-michel-temer-2017-1.pdf/view>>. Acesso em 01 de junho de 2023

\_\_\_\_\_. **Viagens Internacionais - 2018.** Biblioteca. *Presidencia.gov.br*. 2018. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/viagens-internacionais/viagens-internacionais-michel-temer-2018.pdf/view>>. Acesso em 01 de junho de 2023

\_\_\_\_\_. **Viagens Nacionais e Internacionais - 2019.** Biblioteca. *Presidencia.gov.br*. 2019. Disponível em: <[http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/viagens/viagens\\_nacionais\\_internacionais\\_2019.pdf](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/viagens/viagens_nacionais_internacionais_2019.pdf)>. Acesso em 15 de maio de 2023

\_\_\_\_\_. **Viagens Nacionais e Internacionais - 2020.** Biblioteca. *Presidencia.gov.br*. 2020. Disponível em: <[http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/viagens/viagens\\_nacionais\\_internacionais\\_2020.pdf](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/viagens/viagens_nacionais_internacionais_2020.pdf)>. Acesso em 15 de maio de 2023

\_\_\_\_\_. **Viagens Nacionais e Internacionais - 2021.** Biblioteca. *Presidencia.gov.br*. 2021. Disponível em: <[http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/viagens/viagens\\_nacionais\\_internacionais\\_2021.pdf](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/viagens/viagens_nacionais_internacionais_2021.pdf)>. Acesso em 15 de maio de 2023

\_\_\_\_\_. **Viagens Nacionais e Internacionais - 2022.** Biblioteca. *Presidencia.gov.br*. 2022. Disponível em: <[http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/viagens/viagens\\_nacionais\\_internacionais\\_2022.pdf](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/viagens/viagens_nacionais_internacionais_2022.pdf)>. Acesso em 15 de maio de 2023

RICUPERO, Rubens. **À sombra de Charles de Gaulle: uma diplomacia carismática e intransferível.** A política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). *Novos Estudos* 87, p. 35-58, jul. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/dMhycMmYn4jhCsghTxJc3js/?lang=pt>>. Acesso em: 19 de abril de 2023.

\_\_\_\_\_, Rubens. **A diplomacia na Construção do Brasil.** Versal Editores, 2021.

RODRIGUES, Jamile Bilu. **Um estudo da diplomacia presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva a partir da perspectiva do fotojornalismo.** 2014. Disponível em:

<https://repositorio.ucb.br:9443/jspui/bitstream/10869/4842/2/Jamile%20Bilu%20Rodrigues.pdf>. Acesso em: 20 de abril de 2023

SANTANA, Carlos Ribeiro. **Política externa em perspectiva: um balanço sobre a diplomacia dos presidentes Collor, Itamar, Cardoso e Lula**. Carta Internacional, v.1, n. 3, p. 8-14, nov. 2006. Disponível em: <<https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/397/156>>. Acesso em: 20 de abril de 2023.

SANTOS, Roberty Douglas Marinho dos. **Política Externa e Diplomacia Presidencial: Uma análise comparada dos governos Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva e Dilma Rousseff (1995-2016)**. Fronteira, Belo Horizonte, v.20, n 39, 2021. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/22793>>. Acesso em: 15 de abril de 2023

SARAIVA, Miriam Gomes. **Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras?** Relações Internacionais, p. 25-35, 2014.

SARAIVA, Miriam Gomes. **Política externa brasileira 2016/2017: da reversão ao declínio**. In: REVELEZ, Lincoln Bizzozero; LUZURIAGA, Wilson Fernández (eds.). Anuário política internacional & política exterior 2016-2017: sacudones ciudadanos, rupturas del mundo anglosajón e incertidumbres globales. Montevideu: Tradinco, 2017. p. 283-290. Disponível em: <https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/bitstream/20.500.12008/20229/1/Anuario%20politica%20internacional%20y%20politica%20exterior%202016-2017.pdf>>. Acesso em: 30 de abril de 2023

SCREIBER, Mariana. **Um ano após impeachment, Temer é presidente que menos viajou ao exterior desde Itamar**. BBC Brasil, 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39917564>. Acesso em: 30 de abril de 2023

SCHERER, Lucas Mondin. **A política externa do governo Bolsonaro – a autonomia pelo distanciamento**. Relações Exteriores, 2022. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/politica-externa-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 09 de maio de 2023

SILVA, Douglas Romualdo. **O avião com pouco combustível: a diplomacia de Dilma Rouseff na América do Sul (2011-2016)**. Cadernos de Relações Internacionais/ PUC-Rio v. 2 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/50204/50204.PDF>>. Acesso em: 29 de abril de 2023

SILVA, Álvaro Vicente Costa. **A política externa do governo michel temer (2016- 2018): mudanças para a legitimidade? Um teste da teoria de charles hermann**. Revista Conjuntura Austral, Porto Alegre, v.10, n.49 p.23-41, jan./mar. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.22456/2178-8839.86954>>. Acesso em: 30 de abril de 2023

SIMÃO, Ana Regina Falkembach. **A Diplomacia Presidencial e o Processo de Inserção Internacional do Brasil: Um Estudo da Política Externa do Governo de Fernando Henrique Cardoso**. Anpuh – XXV simpósio nacional de história – Fortaleza, 2009. Disponível

em:

<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.0561.pdf>>

Acesso em: 18 de abril de 2023

SPEKTOR, Matias. **Diplomacia da transição**. Folha de São Paulo, 2014. Disponível em:

<https://m.folha.uol.com.br/colunas/matiasspektor/2014/10/1540019-diplomacia-da-transicao.shtml>. Acesso em: 28 de abril de 2023

STUENKEL, Oliver. **Resgatar o papel externo do Brasil**. El País, 2017. Disponível em:

[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/12/opinion/1513100046\\_043537.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/12/opinion/1513100046_043537.html). Acesso em: 29 de abril de 2023

Mensagem ao Congresso Nacional. Fernando Henrique Cardoso. Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/mensagens-ao-congresso/1995>. Acesso em: 18 de abril de 2023

Mensagem Ao Congresso Nacional Lula – 2003. Biblioteca. Presidencia.gov.br. Disponível

em: <[www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-lula-2003/view](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-lula-2003/view)>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

VIDIGAL, C. E. **Bolsonaro e a reorientação da política exterior brasileira**. Meridiano 47 -

Journal of Global Studies, [S. l.], v. 20, 2019. DOI: 10.20889/M47e20011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/27792>. Acesso em: 08 de maio de 2023.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de; CINTRA, Rodrigo. **Política Externa no Governo FHC: a busca da autonomia pela integração**. Tempo Social, v. 15, n. 2, 2003.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. **A política externa de Lula da Silva: a estratégia da**

**autonomia pela diversificação**. Contexto Internacional, v. 29, n. 2, p. 273-335, jul. 2007.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cint/a/sWn5MtCXtMZdzdSm3CtzZmC/#ModalHowcite>. Acesso em:

30 de junho de 2023

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **De FHC a Lula. Uma década de política externa (1995-2005)**.

Civitas - Revista de Ciências Sociais, v. 5, n. 2, jul./dez. 2005. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/9/1602>. Acesso em: 21 de

abril de 2023.

ZENI, Kaline. **A diplomacia brasileira e as discontinuidades da matriz da política externa**

**no Governo Dilma Rousseff**. Unoesc & Ciência - ACSA Joaçaba, v. 7, n. 1, p. 7-14, jan./jun.

2016. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/acsa/article/view/10028/pdf>. Acesso

em: 29 de abril de 2023